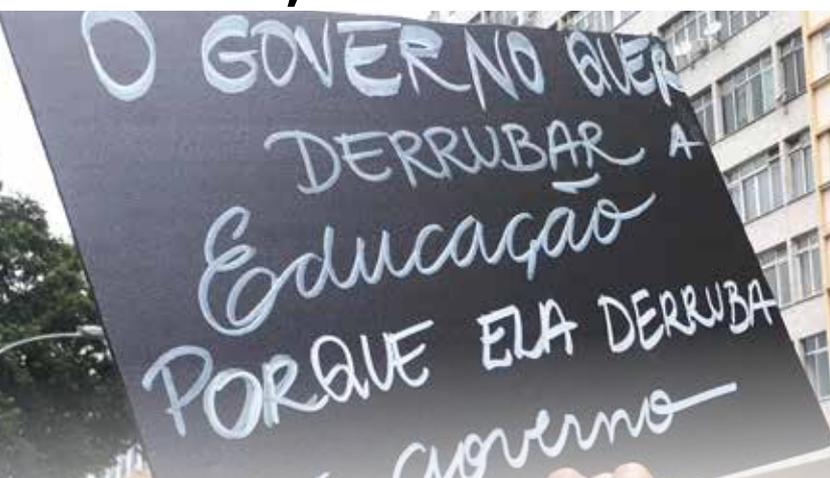




15M, O CAMINHO DA GREVE GERAL

A próxima vai ser maior! Em 14/06, todos nas ruas contra a Reforma da Previdência!



O dia 15 de maio representou o início da unificação das lutas contra o desmonte do Brasil. Em mais de 200 cidades, mais de dois milhões de pessoas saíram às ruas para demonstrar sua insatisfação contra um governo que apresenta apenas um discurso de proteção ao capital e de desmonte de direitos consolidados como a Previdência Social pública; que usa o sistema educacional para travar uma guerra ideológica contra quem pensa diferente; privatiza e entrega recursos para o imperialismo, como acontece com o Pré-Sal e a Petrobrás. No Rio, onde mais de 250 mil pessoas participaram de caminhada da Candelária até a Central do Brasil, petroleiros realizaram atos, atrasos e mobilizações em diversas unidades (veja matéria completa em <http://bit.ly/15MGreveGeral>). E continuando a organização da luta e unidade com outras categorias, hoje tem encontro com caminhoneiros no auditório do Sindicato. O Segundo Grande ato da Educação, no Rio, será dia 30, às 15h, na Candelária.



NENHUM DIREITO A MENOS! ACT 2019: NEGOCIAÇÃO COMEÇA AMANHÃ (22)

As reuniões entre FNP e a Petrobrás para negociação do próximo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019, foram marcadas a pedido da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A entrega da pauta foi antecipada para garantir que as negociações iniciem o quanto antes, tendo em vista a cláusula 277, que não mais garante a renovação automática do Acordo Coletivo enquanto perdurar as negociações. A pauta

também foi protocolada na Transpetro. A FNP protocolou a pauta, aprovada durante o 12º Congresso Nacional da Federação Nacional, realizado entre 2 e 5 de maio, no dia 15 de maio. Veja a íntegra do documento enviado para a Petrobrás em <http://bit.ly/NenhumdireitoaMenos>

O DOCUMENTO EXIGE:

- Nenhum direito a menos, ou seja, manutenção do ACT vigente;

- Reposição da inflação e aumento real no salário base;
- Garantia do emprego;
- Garantia de desconto das mensalidades dos associados no contracheque;
- Garantia contra assédio moral, sexual e punições no sistema Petrobrás;
- Garantia de renovação do ACT enquanto não for assinado novo acordo.

REUNIÃO	DIA	HORA	LOCAL
Início do processo de negociação	22/05	14h	EDICIN, sala 630
Reunião temática de AMS	27/05	10h	EDICIN, sala 631
Reunião temática de SMS	27/05	14h	EDICIN, sala 631
Reunião temática de Remuneração e Vantagens	28/05	10h	EDICIN, sala 631
Reunião para os demais ítems	28/05	14h	EDICIN, sala 631

JUSTIÇA SUSPENDE LIMINAR QUE IMPEDIA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PED

Assunto será debatido na próxima reunião dos aposentados do Sindipetro-RJ, dia 4/06 às 14h.

O desembargador Luiz Henrique Oliveira Marques, da 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relator do agravo de instrumento interposto pela Petros contra a liminar de suspensão da cobrança das contribuições extraordinárias do equacionamento concedeu efeito suspensivo ao recurso da Petros. Com isso, a liminar obtida pelo Sindipetro-RJ que impedia a cobrança de contribuição extraordinária do PED perde efeito.

O diretor da secretaria de Aposentados do Sindipetro-RJ, Roberto Ribeiro, orienta que todos se mantenham atentos, acompanhando as ações que serão implementadas dentro dos próximos dias pelo Jurídico do Sindicato: "O nosso jurídico já está se mobilizando e tomará as medidas cabíveis contra essa suspensão. Não assinem o PP3 que a Petros está pas-

sando; aguardem a decisão da FNP e do GT Petros porque muita coisa ainda pode acontecer. No dia 4 de junho teremos a reunião mensal dos aposentados e pensionistas do Sindipetro-RJ e já estamos convidando os companheiros que fazem parte do Fórum, do GT Petros e os advogados, para falar sobre essa liminar".

DECISÃO SENDO ANALIZADA

- Já o advogado do Sindicato Luiz Fernando, destacou que a decisão, proferida no dia 14 está sendo avaliada: "Estamos avaliando as medidas cabíveis para buscar o restabelecimento dos efeitos da liminar. Não responderemos a perguntas e nem divulgaremos estratégias processuais, no momento. Fiquem certos que nos empenharemos na defesa dos direitos dos aposentados e ativos do PPSP, com o objetivo de restabelecer os efeitos da liminar". Ainda não houve julga-

mento quanto ao mérito da ação.

Segundo Agnelson Camillo, diretor da FNP, a Federação já entrou com recurso sobre a queda da liminar da FENASPE, e fará o mesmo com as demais que possam vir a cair: "Temos que cada vez mais reforçar a política do GT. Estamos em fase de calibração de uma proposta que apresentaremos para a categoria, para ampliar a discussão e trazer todos os sindicatos em conjunto, porque é a unidade que vai fortalecer a vitória da proposta dos trabalhadores, para que se leve para a Previc uma proposta que venha salvar o Plano Petros, que não permita a evolução do Petros 3 que é um plano capitalista e que está aí para destruir o futuro de cada trabalhador. Por isso, não é tão importante só a liminar, o mais importante é a unificação, é a luta e o salvamento da Petros e dos demais fundos de pensão".

RMNR

STF VAI DECIDIR SE FIXA TESE

Na última quarta (15), o ministro Renato de Lacerda Paiva, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), enviou recurso extraordinário impetrado pela Petrobrás ao Supremo Tribunal Federal (STF), após reconhecer questão constitucional em um caso que discute a forma de cálculo de verba salarial paga pela estatal a servidores, no caso a Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR).

Anteriormente, Lacerda Paiva havia suspenso o IRR (Incidente de Recursos Repetitivos) sobre o complemento da RMNR, mas voltou a dar tramitação e decidiu agora enviá-lo ao STF.

Com isso, agora será definido um relator no STF para dar o veredito final ao caso, postergando ainda mais o desfecho do processo num contexto cada vez mais desfavorável aos trabalhadores.

Por enquanto, todas as demais ações continuam suspensas. Informamos adicionalmente que o Sindipetro-RJ está recebendo

a documentação para as execuções individuais da ação relativa à Transpetro dos períodos de 2007 a 2011, que já se encontrava em fase de execução. Embora suspensa, é necessário distribuir as ações individuais para garantir a possibilidade de executar a ação, prazo que vai até agosto de 2019. Verificar a documentação necessária em <http://bit.ly/AcoesJuridico>

DISTORÇÃO DE VALORES

- É lamentável que o TST tenha admitido o recurso da Petrobrás depois de toda avaliação sobre o caso, rrealizada durante a audiência ocorrida em junho do ano passado. Igualmente lamentável é que sobre esta ação muito se alardeie, sobre os valores envolvidos e até ministros citam algumas cifras para suprimir um direito (frise-se isso) dos trabalhadores. Precisamos relativizar esses valores frente aos lucros auferidos à custa do esforço e até da saúde de diversos trabalhadores. Vários que deram, literalmente, suas vidas pelo siste-

ma Petrobrás e infelizmente acabaram morrendo acidentados ou vítimas de doenças decorrentes da história laboral. Os valores envolvidos nesta ação da RMNR são ínfimos e um direito inalienável dos trabalhadores.

É preciso lembrar dos absurdos valores envolvidos quando a Petrobrás fez acordos extraoficiais nos EUA, como aquele de Pedro Parente com investidores de Wall Street, no valor de US\$ 2,95 bi (cerca de R\$ 12 bi) para evitar uma ação judicial naquele país. A vida de um estadunidense vale mais que a de um brasileiro?

Reconhecemos o direito fundamentado em leis que nem são as nossas e para nosso povo, para aqueles que geram todo o lucro do sistema Petrobrás, postergam-se os ganhos e tenta-se a todo o momento suprimir um direito, pelo valor que decorre dele. Não há nisso uma absurda inversão de valores?

Fonte: jota.info

JURÍDICO DO SINDIPETRO-RJ DIVULGA PARECER SOBRE PDV 2019

Sindicato promove reunião na próxima terça-feira (28), para esclarecer dúvidas da categoria, a partir de 17h, no auditório da Avenida Passos, 34.



Na última sexta (17), a assessoria jurídica do Sindipetro-RJ realizou uma conversa de esclarecimento baseada no "Parecer PDV 2019"

O Departamento Jurídico do Sindipetro-RJ produziu um parecer sobre o PDV 2019, anunciado recentemente pela direção da Petrobrás, em que tece vários questionamentos e aponta dúvidas importantes.

O estudo mostra como a direção da empresa toca o desmonte de seu quadro funcional de uma forma atabalhoada para satisfazer uma lógica meramente de mercado, sem se importar com o futuro

da Petrobrás e de seus empregados.

O parecer foi desenvolvido através de respostas fundamentadas aos principais questionamentos formulados pela própria Assessoria Jurídica do Sindicato, pelos associados do Sindipetro-RJ e por seus diretores. O objetivo do estudo é possibilitar o melhor esclarecimento da categoria quanto as principais normas e consequências do PDV 2019, de modo que

os empregados possam decidir de forma consciente quanto a adesão ou não ao PDV.

"Considerando a análise das questões formuladas, nos parece que a redação do Regramento PDV 2019 propicia significativa margem de dúvidas a diversos de seus itens. Dúvidas estas que aumentam, muitas vezes, quando comparadas às respostas apresentadas pela empresa em sua intranet. E, ainda, existem itens cuja legalidade é bastante questionável. Assim, acreditamos ser necessário um esclarecimento objetivo da companhia quanto às questões aqui apresentadas, razão pela qual sugerimos que seja feita uma consulta a Comissão Organizadora do PDV 2019, posto que o item 11.1.2 determina que esta Comissão Organizadora do PDV 2019 poderá decidir sobre questões omissas e/ou não identificadas no referido Regramento" - diz um trecho do parecer arguindo o item que trata de questões omissas no regramento.

Confira o parecer na íntegra em <http://bit.ly/ParecerPDV2019>

PARA FACILITAR A VIDA DOS PATRÕES BOLSONARO BUSCA ANIQUILAR NRs

A redução nas Normas Regulamentadoras do Trabalho pode chegar a 90% e transformar o Brasil em "campeão" de acidentes de trabalho.

Na segunda (13), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que seu governo quer reduzir em 90% as NRs com a justificativa de "desburocratizar" o setor. Lembrando que as NRs têm força de lei e, por isso, adesão obrigatória; daí o incômodo que trazem aos patrões de Bolsonaro.

Entre as normas a serem reavaliadas está a NR-12, que trata da utilização de maquinários. Segundo o ministério da Economia, a nova regulamentação deverá ser entregue no próximo mês, e abrangerá de padarias até siderúrgicas.

Com o argumento de "modernizar as normas de saúde, simplificando, desburocratizando, dando agilidade ao processo de utilização de maquinários, atendimento à população e geração de empregos", o governo federal dá mais um passo atrás, mostrando que a saúde do trabalhador é o que menos importa.

Em uma reunião realizada com representantes da Petrobrás nesta sexta (17), que tratou de SMS, a FNP cobrou um posicionamento oficial da empresa sobre o tema.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinicius Camargo | (21)3034-7307/7337

Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000

ABRAÇOS PELA MANUTENÇÃO DOS CPSs COMO O CPS AJUDOU NA SUA SAÚDE?

Envie seu depoimento para sindipetro-rj@sindipetro.org.br



Mesmo com todos os argumentos apresentados pela FNP durante as reuniões de Acompanhamento do ACT, realizadas de 8 a 10 de maio, a Petrobrás segue querendo acabar com os CPSs do CENPES, EDISE e EDISEN. O Sindipetro-RJ está recebendo propostas dos trabalhadores e tentando negociar formas de manutenção das acadêmias,

mas a Petrobrás não tem demonstrado disposição para tal. Por isso, é fundamental que todos os envolvidos participem dos atos e mobilizações nas unidades para que a companhia saiba que estamos lutando pela nossa saúde, o que tem reflexo direto na produtividade no trabalho, com menos adoecimento físico e mental.

ABAIXO ASSINADO - Procure os trabalhadores que estão passando o documento pelos andares e nas academias e assine! O

Sindipetro-RJ reunirá as listas para centralizar e entregar à direção da Petrobrás até o final deste mês. No dia da entrega faremos um ato na porta do EDISE. Reafirmamos que a manutenção dos centros de promoção de saúde, além de demandarem baixo investimento, economizam em AMS, Benefício Farmácia e au-



mentam a produtividade.

ABRAÇOS NOS CPSs - Na terça-feira (14), trabalhadores do CENPES realizaram um abraço coletivo em defesa da continuidade do CPS. Na quinta-feira (16), o abraço foi no EDISE. Esta semana ocorrerão novos abraços no EDISEN e, novamente, no EDISE. Leia alguns depoimentos em <http://bit.ly/ContraOFimdoCPS>

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA BR E DA LIQUIGÁS

Está no ar, promovida por seus trabalhadores, uma campanha de financiamento coletivo contra as privatizações da BR Distribuidora e da Liquigás. Os recursos arrecadados servirão para informar e conscientizar a sociedade sobre a importância da manutenção dessas estatais. A divulgação faz parte da política de apoio mútuo que o Sindipetro-RJ está buscando com o Sitramico-RJ. Colabore! <https://www.kickante.com.br/campanhas/campanha-contra-privatizacoes-da-br-liquigas>

FNP PARTICIPA DE PLENÁRIA EM SP SOBRE A GREVE GERAL



No último sábado (18), a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) participou de uma plenária nacional organizativa em São Paulo, na sede dos Sindicatos dos Metroviários-SP, para a Greve Geral do próximo dia 14 de junho.

O encontro, além da FNP, contou com a presença da CSP-Conlutas, federações e sindicatos, como o Sindicato dos Metroviários de SP e do RJ, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Sindicato dos Eletricitários, Federação dos Metalúrgicos de MG, Urbanitários de Goiás, STIA - SINDEEIA - Sindicato dos Empregados em Empresas de Industrialização Alimentícia de São Paulo e Região, Cobap, Sintusp, Fórum dos Servidores de SP, Sindi-Rede BH, entre outros.

O objetivo é fortalecer a campanha e a organização a partir das bases das categorias de trabalhadores e construir uma grande Greve Geral que derrote a reforma da Previdência do governo Bolsonaro.